

**INFORMAÇÕES GERAIS:**

Prefeitura Municipal da Aliança CNPJ: **10.164.028/0001-18**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

A Prefeitura Municipal da Aliança concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.660/2017 de 20 de Novembro de 2017 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Xisto Lourenço de Freitas Neto .Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e portaria nº 840 de 21 de dezembro de 2016, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, estoques, variações diminutivas para antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos em longo prazo, investimentos temporários em longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, imobilizado e Intangível) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo, demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante o (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimo, empréstimo e financiamento em longo prazo, fornecedores e contas a apagar a alongo prazo, obrigações fiscais em



longo prazo, provisões em longo prazo, demais obrigações em longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2018 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2018 soma R\$ 4.758.536,98, diminuindo em R\$ 18.471,62, em relação ao exercício de 2017 que foi de R\$ 4.777.008,60.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2018, R\$ 2.748.196,52, houve aumento com relação a 2017 de R\$ 46.952,54.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo



A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2018, R\$ 1.822.618,03, houve diminuição com relação a 2017 de R\$ 208.474,00.

1.1.3 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2018, R\$ 187.722,43, houve aumento com relação a 2017 de R\$ 143.049,84.

1.1.4 Estoques

Não há registro.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Não há registro.

1.2.2 Investimento

Não há registro.

1.2.3 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 13.089.713,81. No exercício de 2018 chegou ao montante de R\$ 13.779.967,94 sendo:

Descrição	2018	2017
Bens Móveis	10.528.133,44	9.953.099,73
Bens Imóveis	4.653.927,71	4.481.203,91
Total	15.182.061,15	14.434.303,64

No decurso do exercício de 2018 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio da Prefeitura Municipal da Aliança nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 575.033,71 em relação ao ano de 2017) e Imóveis (aumento de 172.723,80 em relação ao ano de 2017), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É Relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para



reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2018 está acumulada em R\$ -1.402.093,21 e em 2017 o valor de R\$ -1.344.589,83. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2018 o valor de R\$ 17.197.067,21, um aumento expressivo com relação ao exercício anterior de R\$ 530.651,01.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar em 2018 no valor de R\$ 6.773.994,56, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo no valor de R\$ 44.679,09, Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 7.520.395,51, enquanto os valores das demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 2.857.998,05.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 48.817.045,70, sendo R\$41.570.634,90 para o RGPS e R\$7.246.410,80 para o RPPS. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.



1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ -60.530.968,83 e em 2018 totalizou em R\$ -47.475.607,99 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação diminutiva de R\$ - 13.055.360,84, de 2017 para 2018, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

<p>MCASP p. 375 – 7ª Edição</p>	<p>O Balanço Orçamentário foi publicado com o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando:</p> <p>a) Para as receitas: O Financiamento das atividades da Prefeitura Municipal da Aliança se deu pela Receita Corrente de R\$ 56.643.764,10 (Cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dez centavos)</p> <p>b) Para as despesas:</p> <p>a) Dotação Inicial: 44.286.857,60 (Quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)</p> <p>b) Dotação Atualizada: 46.458.214,55 (Quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos)</p> <p>c) Despesa Empenhada: 46.431.741,84 (Quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos)</p> <p>d) Despesa Liquidada: 42.483.636,76 (Quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos)</p> <p>e) Despesa Paga: 40.014.964,12 (Quarenta milhões, quatorze mil, novecentos e sessenta e quatro reais e doze centavos)</p> <p>f) Saldo da Dotação: 26.472,71 (Vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos)</p>
<p>MCASP p. 375 – 7ª Edição</p>	<p>Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta resolução:</p> <p>Foram procedidas suplementações autorizadas pela Lei Municipal n.º 1.660/2017 de 20/11/2017 LOA de 40%, representando a importância de R\$ 25.577.204,11 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e quatro reais e onze centavos), devidamente evidenciado no Quadro Constante do próprio Balanço Orçamentário.</p>
<p>MCASP p. 375 – 7ª Edição</p>	<p>A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.</p>



	<p>Não foram utilizadas como fonte de recursos para reabertura de créditos do superávit financeiro, não trazendo impactos significativos para o resultado orçamentário proposto.</p>
<p>MCASP p. 376 – 7ª Edição</p>	<p>As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária.</p> <p>Não foram procedidas atualizações monetárias, haja vista, ausência de previsão legal.</p>
<p>MCASP p. 376 – 7ª Edição</p>	<p>Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.</p> <p>Na Prefeitura Municipal da Aliança, adotamos o critério pela manutenção do controle de restos a pagar não processados liquidados separadamente para fins de melhor evidenciação do resultado orçamentário e consequentemente do resultado patrimonial da seguinte forma: RPNP (Restos a Pagar Não Processados) inscrito no valor de R\$ 3.948.105,08 (Três milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e cinco reais e oito centavos) e de RPP e RPNP liquidados inscritos na importância de R\$ 2.468.672,64 (Dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).</p>
<p>MCASP p. 376 – 7ª Edição</p>	<p>Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentária do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.</p> <p>Não há registro.</p>
<p>MCASP p. 293 – 7ª Edição</p>	<p>O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social.</p> <p>Essa informação estará disponível na Nota Explicativa do Balanço Consolidado.</p>

